

Item 55 da Resolução TC nº 217, de 06 de dezembro de 2023  
ANEXO VIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE EM PARECER PRÉVIO

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
<b>Processo TC nº 19100109-0 - Aprovação com ressalvas</b>			
Elaborar a Lei Orçamentária Anual como instrumento de um planejamento adequado, contendo autorização para abertura de créditos adicionais compatível com a realidade municipal;	Implementado	Instituição do Programa Orçamento Participativo Municipal; Realização de audiências públicas presenciais nos distritos e na sede do município, para discussão do processo de elaboração dos Projetos da LDO, do PPA e da LOA; Disponibilização de formulário eletrônico para apresentação de propostas por parte da população em geral, a serem incluídas na LDO, no PPA e na LOA; Inclusão de percentuais de remanejamento na LOA, compatíveis com a realidade municipal, e em conformidade com a LDO.	
Adequar as despesas empenhadas à capacidade de arrecadação municipal;	Implementado	A partir do exercício de 2021 o município tem enviado esforços no sentido de controlar as despesas empenhadas com base na arrecadação municipal. Nos três últimos exercícios houve superávit orçamentário.	
Elaborar os demonstrativos contábeis e o Balanço Patrimonial seguindo todas as diretrizes estabelecidas em lei;	Implementado	Os demonstrativos contábeis estão sendo elaborados em conformidade com a legislação específica e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor público vigente no exercício.	
Elaborar o Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência Social e do Município contendo notas explicativas sobre o montante das provisões matemáticas previdenciárias lançadas no Passivo;	Implementado	Constam evidenciadas em notas explicativas as provisões matemáticas previdenciárias no Balanço Patrimonial do Regime Próprios de Previdência .	
Inscrever Restos a Pagar Processados e não Processados, a serem custeados com recursos vinculados, apenas se houver disponibilidade de caixa para o exercício subsequente;	Implementado	Quando da inscrição de restos a pagar do exercício são observadas as disponibilidade de recursos, no entanto, consta um estoque de restos a pagar de anos anteriores que estão sendo analisados para realização de tratamento adequado.	



Elaborar o Balanço Patrimonial do município com identificação das disponibilidades por fonte /destinação de recursos de modo segregado;	Implementado	Evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos de modo segregado.	
Realizar, por completo, o repasse das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Próprio de Previdência Social;	Implementado	Recolhimento integral das obrigações previdenciárias (Servidor e Patronal) em favor do Regime Próprio de Previdência Social.	
Realizar estudos e levantamentos necessários com a finalidade de adotar medidas que visem ao equilíbrio atuarial do sistema previdenciário;	Implementado	Elaboração de Avaliação Atuarial, visando desenvolver ações estruturais e medidas eficazes ao aperfeiçoamento do sistema previdenciário ofertado aos seus segurados para a execução de um modelo de gestão capaz de maximizar o controle das suas receitas e despesas previdenciárias de médio e longo prazo, com vista à solvência financeira e atuarial do seu plano de benefícios	
Adotar integralmente as alíquotas sugeridas pelo cálculo atuarial.	Implementado	A partir do exercício de 2021, o recolhimento das obrigações previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência Social, ocorreram em conformidade com as alíquotas sugeridas pelo cálculo atuarial.	
<b>Processo TC nº 20100229-2 - Aprovação com Ressalvas</b>			
Discriminar no decreto da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso as medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa;	Implementado		O município discriminará os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa em decreto específico após a publicação da programação financeira.
Atentar para a realização dos registros em nota explicativa do cálculo das provisões matemáticas;	Implementado	Constam evidenciadas em notas explicativas as provisões matemáticas previdenciárias no Balanço Patrimonial do Regime Próprios de Previdência .	



Adotar todas as medidas legais necessárias à recondução dos gastos com pessoal ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.	Implementado		O município está envidando esforços no sentido de recondução ao limite de gasto com pessoal. O artigo 15 da Lei Complementar nº 178/2021, instituiu um regime especial para eliminação, em dez anos, a partir do exercício de 2023, do excedente da despesa com pessoal apurado ao final do exercício de 2021.
<b>Processo TC nº 21100478-9 - Aprovação com Ressalvas</b>			
Adotar medidas para que o cronograma de execução mensal de desembolso seja elaborado com o nível de detalhamento adequado.	Implementado	O cronograma mensal de desembolso para 2022 foi elaborado com base na execução de despesas observando os grupos de despesas.	
Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município;	Implementado	O município tem envidado esforços no sentido de executar despesas por fonte e destinação de recursos desde o exercício de 2021, no entanto, constam alguns valores de restos a pagar de exercícios anteriores que estão influenciando negativamente nos saldos das fontes.	
Adotar as medidas legais necessárias à recondução dos gastos com pessoal ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000;	Implementado		O município está envidando esforços no sentido de recondução ao limite de gasto com pessoal. O artigo 15 da Lei Complementar nº 178/2021, instituiu um regime especial para eliminação, em dez anos, a partir do exercício de 2023, do excedente da despesa com pessoal apurado ao final do exercício de 2021.
Aplicar as alíquotas de contribuições previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social de acordo com o estabelecido em nosso ordenamento.	Implementado	Estão sendo aplicadas as alíquotas de contribuições em conformidade com as legislações do RPPS. Lei nº 2.591/2016 – Alíquota Suplementar e Lei nº 3.265/2021 – Alíquotas normais para Servidor e Patronal .	
<b>Processo TC nº 22100707-6 - Aprovação com Ressalvas</b>			
Elaborar a programação financeira com base em estudo técnico-financeiro dos ingressos municipais, de modo a evidenciar o real fluxo esperado das entradas de recursos e garantir a eficácia desse instrumento de planejamento e controle;	Implementado		Deve ser considerado o fato de que o ano de 2021 foi marcado pela pandemia do Coronavírus, situação que demandou alterações nas prioridades do Município, demandando a necessidade de realocação dos recursos e alterando a programação financeira e o cronograma de desembolso.

Assinado digitalmente por: FABIO QUEIROZ ZAVAZA, O. NEYDSON EDUARDO MARQUES FERRERA  
 https://efcc.tce.ce.gov.br/efdpp/validador/validador.jspx?codigo\_documento=5db2b500-0b7d-4860-a395-06da17c5b7d2



Assegurar a consistência das informações sobre a despesa municipal prestadas aos órgãos de controle;	Implementado	Realização de envio do Sagres – EOF com informações consistentes.	
Adotar medidas para que o cronograma de execução mensal de desembolso seja elaborado com nível de detalhamento adequado e elaborar o cronograma de execução mensal de desembolso com base em estudo técnico-financeiro dos dispêndios municipais, de modo a evidenciar o real fluxo esperado das saídas de recursos e garantir a eficácia desse instrumento de planejamento e controle;	Em Implementação		Considerando que embora tenha havido um distanciamento entre a programação e seu cronograma de desembolso e as receitas e despesas efetivamente realizadas, o resultado obtido foi positivo, havendo melhora da capacidade financeira do Município.
Assegurar que a LOA siga as orientações da LDO para sua elaboração e que a LOA contenha um limite razoável para a abertura de créditos adicionais diretamente pelo Poder Executivo através de decreto, de forma a não se descaracterizar como instrumento de planejamento e, na prática, excluir o Poder Legislativo do processo de alteração orçamentária;	Implementado	O limite autorizado na LOA para os exercícios de 2023 e 2024 constam 15%. Limite considerado dentro da razoabilidade para abertura de créditos adicionais diretamente pelo Poder Executivo.	
Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município;	Implementado	O município executa as despesas por fonte e destinação de recursos desde o exercício de 2021 que há esse controle, no entanto, constam restos a pagar de anos anteriores relativos a educação que estão sendo analisados para um tratamento adequado, mas que estão influenciando diretamente para geração de fontes negativas.	
Corrigir os erros de registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias no Balanço Patrimonial, de forma a evidenciar corretamente o Passivo Atuarial do ente, visando a dar a devida transparência sobre a situação patrimonial do RPPS e do ente aos participantes do regime, aos contribuintes e à sociedade;	Implementado	As provisões matemáticas foram evidenciadas com base na Avaliação Atuarial atualizada.	
Adotar todas as medidas legais necessárias à recondução dos gastos com pessoal ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000;	Implementado		O município está envidando esforços no sentido de recondução ao limite de gasto com pessoal. O artigo 15 da Lei Complementar nº 178/2021, instituiu um regime especial para eliminação, em dez anos, a partir do exercício de 2023, do excedente da despesa com pessoal apurado ao final do exercício de 2021. O RGF do 3º Quadrimestre/2023 demonstra que está havendo à recondução dos gastos com pessoal.
Analisar a viabilidade do plano de amortização do deficit atuarial do RPPS, a fim de assegurar o equilíbrio do regime próprio.	Implementado		O Gestor tem seguido as recomendações atuariais quanto as alíquotas previdenciárias e recolhido integralmente as contribuições dos servidores e patronal para o RPPS, inclusive tem envidado esforços no sentido de reduzir o deficit originado em diversos anos.



Não incluir as disponibilidades de caixa do RPPS ao elaborar o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal.	Implementado	Elaboração do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal excluindo as disponibilidades de caixa do RPPS.	
---	--------------	---	--

**Neydson Eduardo Marques Ferreira**  
**Controlador Geral do Município**

